



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS



PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 68/98

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo Prefeito, o Projeto de Lei n.º 68/98 dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 45.000,00, a diversas dotações do Orçamento vigente.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1 - Do Projeto de Lei n.º 66/98

O presente projeto de lei almeja autorização legislativa para proceder a abertura de crédito suplementar, no montante de R\$ 45.000,00, com o objetivo de reforçar o saldo de diversas dotações destinadas ao pagamento de pessoal civil e inativos.

A redação do mesmo encontra-se adequada aos princípios norteadores da técnica legislativa.

No *caput* do art. 1º, foi redigida, por engano a palavra “especial”, quando o correto é “suplementar”. Para sanar esse equívoco, apresentamos, ao final, a Emenda Substitutiva n.º 1.

2 - Dos Créditos Suplementares

As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do Orçamento constituem-se créditos adicionais (Art. 40, da Lei Federal n.º 4.320/64).

Os créditos que visam suplementar as dotações do Orçamento são os ditos suplementares, que são uma espécie de crédito adicional. Quando os créditos orçamentários forem ou se tornarem insuficientes, é previsto na legislação a autorização de créditos suplementares (Art. 42, da Lei n.º 4.320/64).

Para que se proceda a abertura de tais créditos, é imprescindível a existência de recursos disponíveis, sendo perfeitamente possível e viável que estes recursos sejam provenientes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária, como dispõe o art. 2º do projeto em exame.

É imprescindível a prévia autorização legislativa, uma vez que a Constituição da República, no seu art. 167, inciso V, veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

O projeto em análise encontra-se adequado aos requisitos legais, contempla a abertura de crédito suplementar, contendo a prévia autorização legislativa, a indicação dos recursos correspondentes e acompanhado de justificativa.

III - CONCLUSÃO

Isto posto, opinamos pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 68/98, com a Emenda Substitutiva n.º 1, a seguir redigida:



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS




Emenda Substitutiva n.º 1

Artigo único. Substitua-se, no *caput* do art. 1º, do Projeto de Lei n.º 68/98, a expressão: “crédito adicional especial” por “crédito adicional suplementar”.

Sala das Reuniões, 28 de agosto de 1998.


Clodoaldo José Borges
Relator


Cleto Gomes Corrêa
Presidente


Antônio Mantovanelli
Membro



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS



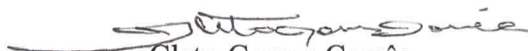
Emenda Substitutiva n.º 1

Assunto: Projeto de Lei n.º 68/98


Autor: Comissão de Legislação, Justiça e Redação

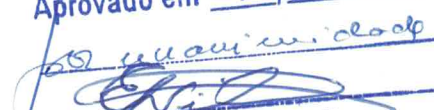
Artigo único. Substitua-se, no *caput* do art. 1º, do Projeto de Lei n.º 68/98, a expressão: “crédito adicional especial” por “crédito adicional suplementar”.

Sala das Reuniões, 28 de agosto de 1998.


Cleto Gomes Corrêa
Presidente


Antônio Mantovanelli
Membro


Clodoaldo José Borges
Membro

Aprovado em 28/8/98

Presidente da Câmara